

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.600.619 - SP (2019/0305898-9)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE : **LAUDENOR IBIAPINO DA SILVA**
ADVOGADOS : **LÚCIA ALBUQUERQUE DE BARROS - SP036734**
WALTER RIBEIRO JUNIOR - SP152532
RAFAEL DE AVILA MARINGOLO - SP271598
PEDRO PRUDENTE ALBUQUERQUE DE BARROS CORRÊA - SP299981
AGRAVADO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial interposto contra decisão que inadmitiu o apelo do agravante, sob os fundamentos: a) em Recurso Especial não se podem discutir temas constitucionais; b) ausência de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015; c) incidência da Súmula 7/STJ.

O agravante impugna esses fundamentos e, quanto ao reexame de fatos e provas, alega que "[t]ambém desacertada, permissa vênia, a r. decisão ora agravada no que concerne à aplicação da Súmula 7/STJ porque, repita-se, trata-se de Recurso que vindica, exclusivamente, anulação das decisões a quo, para que seja conferido, ao agravante, seu sagrado direito de produzir provas".

É o relatório.

Decido.

A tese do agravante é a de que houve no caso cerceamento do seu direito de defesa, tendo em vista que a "determinação autárquica de reabilitação profissional do Segurado" é fato que tornaria incontroversa a sua "incapacidade parcial e permanente" e ao mesmo tempo seria capaz de "demonstrar a pertinência das provas requeridas", que, no caso, consistiu em pedido de expedição de ofícios ao empregador e ao INSS.

O Tribunal de origem reputou dispensável encaminhar esses ofícios, considerando que a perícia afastou a incapacidade laborativa do agravante. E, no julgamento de Embargos de Declaração, acresceu à fundamentação o seguinte (fl. 97, e-STJ):

Desnecessária a expedição de ofício à empregadora e à autarquia, como requerido.

Afinal, conforme se verifica da própria fala do segurado, ele não foi encaminhado à reabilitação profissional, prescindindo, pois, da expedição de ofício para este esclarecimento.

Por outro lado, incabível a determinação, nestes autos, de encaminhamento do segurado para a reabilitação profissional.

Isto porque a indicação administrativa de reabilitação profissional, por si só, não autoriza a determinação judicial de encaminhamento do segurado.

Superior Tribunal de Justiça

De início, porque na petição inicial não há qualquer pedido neste sentido.

Ao depois, na perícia médica aqui realizada não há recomendação de que o autor deva se submeter a processo de reabilitação.

Constato que não se configura a ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentada.

Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007.

No mais, é inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido. Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, **nego provimento ao Agravo em Recurso Especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator